

Movimentos sociais e crises contemporâneas
volume 3

Rogério Fernandes Macedo
Henrique Tahan Novaes
Paulo Alves de Lima Filho
(organizadores)

Movimentos sociais e crises contemporâneas - vol 3

Carlos Cordovano Vieira

Claudia Sabia

Dario Azzelini

Evaldo Gomes Junior

Fernando Macedo

Henrique Tahan Novaes

Jair Pinheiro

Lalo Watanabe Minto

Maria Orlanda Pinassi

Melina Paludeto

Modesto Guerrero

Paulo Alves de Lima Filho

Pietro Caldeirini Aruto

Renato Dagnino

Rogério Fernandes Macedo

Sergio Bacchi

Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo

1ª edição

LUTAS ANTICAPITAL

Marília – SP

Editora Lutas anticapital

Editor: Julio Okumura

Conselho Editorial: Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos, Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University – Estados Unidos), Édi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Maurício Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM).

Projeto Gráfico e Diagramação: Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes

Capa: Hector Melean

Impressão: Renovagraf

M935 Movimentos sociais e crises contemporâneas : vol. 3/
Rogério Fernandes Macedo, Henrique Tahan Novaes,
Paulo Alves de Lima Filho (org.). –
Marília: Lutas anticapital, 2018.
355 p.
Inclui bibliografia

ISBN 978-85-53104-01-7

1. Movimentos sociais. 2. Socialismo. 3. Economia.
4. Crises. 5. Educação. 6. Reforma do ensino. I. Macedo,
Rogério Fernandes. II. Novaes, Henrique Tahan. III. Lima
Filho, Paulo Alves de.

CDD 301.153

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno CBR 8/8211 - UNESP –
FFC- Marília

1ª edição: abril de 2018

Editora Lutas anticapital

Marília –SP

edlutasanticapital@gmail.com

Sumário

Prefácio.....	11
Paulo Alves de Lima Filho	
Apresentação do livro.....	19
Rogério Fernandes Macedo, Henrique Tahan Novaes e Paulo Alves de Lima Filho	

Parte I – Revolução Russa, particularidade brasileira e crises contemporâneas

1. A falência da transição comunista e o retorno do capitalismo à Rússia - a propósito do 100º aniversário da Revolução Russa.....	27
Paulo Alves de Lima Filho	
2. Fundamentos da Escola do Trabalho Emancipado: a contribuição dos pedagogos soviéticos.....	49
Henrique Tahan Novaes	
3. Passado colonial e reversão no Brasil contemporâneo.....	67
Carlos Alberto Cordovano Vieira	
4. Território, dependência e luta de classes no Brasil.....	89
Evaldo Gomes Junior, Fernando Cêzar de Macedo, Pietro Caldeirini Aruto	
5. Neoliberalismo e produção.....	125
Sérgio Bacchi	

Parte II - Movimentos Sociais e governos de esquerda no século XXI

6. Toma de empresas y gestión bajo control obrero en Europa como respuesta a la crisis.....	139
Dario Azzelini	
7. O Lulismo, os movimentos sociais e o lugar social da política.....	169
Maria Orlanda Pinassi	
8. Movimentos Populares Urbanos: um quadro interpretativo.....	187
Jair Pinheiro	
9. El chavismo debate su destino.....	215
Modesto Guerrero	

Parte III – Educação, Ciência e Tecnologia na Era da Barbárie

10. A Reforma do Ensino Médio e a destruição da escola pública.....	229
Melina Paludeto	
11. Direitos humanos na escola.....	247
Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo	
12. O que resta do Plano Nacional de Educação (2014-2024)?.....	265
Claudia Sabia	
13. Governo e Educação novamente <i>golpeados</i> : consequências para o nível superior e o trabalho docente.....	293
Lalo Watanabe Minto	
14. Política de Ciência, Tecnologia e Inovação na América Latina: uma análise a partir do caso brasileiro.....	311
Renato Dagnino	
Sobre os autores e organizadores.....	333
Manifestos e Notas do IBEC	341

Do rio que tudo arrasta se diz que é violento.
Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem.

Bertolt Brecht

Roda Viva

Tem dias que a gente se sente
Como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente
Ou foi o mundo então que cresceu
A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega o destino pra lá

Roda mundo, roda-gigante
Rodamoinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração

A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir
Faz tempo que a gente cultiva
A mais linda roseira que há
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega a roseira pra lá

Roda mundo, roda-gigante
Rodamoinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração

A roda da saia, a mulata
Não quer mais rodar, não senhor
Não posso fazer serenata
A roda de samba acabou
A gente toma a iniciativa
Viola na rua, a cantar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega a viola pra lá
Roda mundo, roda-gigante
Rodamoinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração

O samba, a viola, a roseira
Um dia a fogueira queimou
Foi tudo ilusão passageira
Que a brisa primeira levou
No peito a saudade cativa
Faz força pro tempo parar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega a saudade pra lá

Roda mundo, roda-gigante
Rodamoinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração

Roda mundo, roda-gigante
Rodamoinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração

Roda mundo, roda-gigante
Rodamoinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração

Chico Buarque, 1967

Prefácio

Medidas de exceção adotadas por todos os poderes constituídos – Executivo, Legislativo e Judiciário – estão destruindo a ordem institucional brasileira. Resta apenas uma aparência mal disfarçada de legalidade, atrás da qual se esconde a prevalência da força bruta, da cupidez e do ódio ao pobre.
(Rafael Valim. Carta Capital, 20/02/2018, p.32, “Mais um ato de exceção”)

Todo o complexo das relações sociais brasileiras se alinha na realização das funções vitais da ordem neocolonial, de tal forma a criar uma nova ordem legal ilegal, anticonstitucional. Quão mais a ordem se sinta ameaçada (ou, de fato, assim o esteja) tão mais ela será absurda e violenta até o genocídio.

A teia de relações socioeconômicas característica das sociedades neocoloniais derivadas das revoluções burguesas conservadoras de matriz colonial, antes do mais nas colônias ibéricas do Novo Mundo, apresenta-se como derivação e recriação de quatro séculos de latifúndio colonial submetidos à transformação de século e pouco de república neocolonial em trânsito a capitalismo da miséria.

Revolução burguesa conservadora significa conservação dos fundamentos coloniais, o monopólio da propriedade da terra por ínfima casta de proprietários, universalização lenta, desigual e incompleta do trabalho escravo ao livre, controle político despótico dessa oligarquia sobre a massa trabalhadora e economia colonial em trânsito a neocolonial. A república manterá esse estatuto tetra secular e fará crescer ao seu lado, transformado em seu tecido, um novo tecido neocolonial em evolução industrializante, ou seja, sem que se rompesse o estatuto subordinado. Até que em 1º de abril de 1964 as burguesias promovessem sua contrarrevolução, ao abdicarem da emancipação econômica e política do país e encetassem esta longa jornada regressista noite adentro rumo aos píncaros contemporâneos. Antes de alcançar a máxima civilização capitalista possível, vai-se construindo no Brasil e alhures, nestes recantos do Novo Mundo, a descivilização capitalista. No espaço emerso e concebido como vanguarda da expansão do capital, brotará a vanguarda da demolição e retrocesso de sua civilização.

A atual ditadura democrática da burguesia, acossada pela revolução da ultradireita neoliberal vai, mais uma vez em nossa história, desfiando sistematicamente o frágil tecido de civilidade que veste a república desde 1889. O assassinato de Marielle Franco e seu motorista Anderson Pedro Gomes expõe a escalada incontida da extrema violência

e alta incivildade contra a ainda frágil resistência popular. Os elefantes brigam e se ferem, mas a grama é a que mais sofre, diz um ditado africano. A guerra civil não declarada salta a um novo estágio. Esta ordem neocolonial contrarrevolucionária convulsionada pela revolução da ultradireita neoliberal vai trolando a democracia de tal modo a transforma-la em cada vez mais tênue arremedo, trapo constitucional esburacado incapaz de nos vestir a todos.

Esta nova face da catástrofe nacional adequa a reprodução política à destruição da economia promovida pela reorganização neocolonial da dominação do novo capital financeiro. Jamais a nação viveu situação tão dramática com sentido reversivo: o quase século de lutas em torno da abolição da escravatura apontava para a expansão do capital a novos campos da produção nacional, mas, agora, para a liquidação da forma histórica mais avançada de sua existência mundial, qual seja, a automação, que coloca o capitalismo em sua fase terminal, quando as novas forças produtivas não mais podem desenvolver-se plenamente sob suas relações de produção.

Agora os blocos capitalistas em guerra se esmeram em liquidar a presença popular na política e universalizar o controle do capital, em especial do financeiro externo sobre o estado e áreas econômicas ainda sob controle nacional e transformar o sentido da desindustrialização em curso em anti-industrialização. Confirmada a associação ilegal de juízes e policiais nativos com o departamento de justiça dos EUA naquilo que viria a se transformar na operação da revolução neoliberal, esta escancara seus objetivos geoestratégicos. O estatuto neocolonial nunca apontou, como agora, para tão exponencial abjuração da emancipação, tão dócil e alegre subserviência, tamanha unanimidade entre os vassalos poderosos, dentro e fora do estado.

A extrema violência vai tomando conta das ruas, estradas, escolas, universidades, periferias, para além das suas zonas tradicionais de ocupação. As hostes fascistas, jovens e velhas, voluntárias ou não, deixam seu aquartelamento e sacodem sua cauda e armas à luz do dia, preparam suas asas para o voo. Os militares, em movimento apontado para fortalecer um dos blocos em guerra, o da bandeira, se aprestam para cavalgar longo tempo suas montarias motorizadas, passear pelas ruas e controlar o estado. Os políticos da ordem deixam escapar de suas bocas democráticas a conformidade e o descaso para com a maré montante da violência. Membros insígnies da alta burocracia estatal, legislativo e mídia, destilam fel, mentiras e calúnias contra as vítimas indefesas. Nada no horizonte atesta o refluxo da revolução na

contrarrevolução da delegacia, dos togados camisas negras lava-jatistas e aliados. A velha extrema violência afia seus punhais para a reiteração da secular e bem-sucedida tarefa colonial de extermínio de qualquer laivo de resistência popular.

As forças populares da política oficial, por sua vez, não têm teoria que dê conta desta situação, a não ser frágeis exercícios de oratória democrática. Preparam-se para aceitar serem participantes e coniventes com o seu estado nacional neocolonial e inimigo, com prometidas eleições cuja realização vai se tornando cada vez mais imponderável. Marcham, tal como outrora na abertura democrática transada, à qual se mantém fiéis, cada vez mais para dentro da arapuca em que se meteram e se desmoralizaram e, não contentes com isso, aceitam prolongar sua agonia. Marcham docilmente a trabalhar no vasto campo de concentração nacional.

A maioria dos votantes em Lula, que ganharia as eleições caso ele fosse candidato, não mais ilustra a antiga glória de seu partido. Esta, hoje, é uma maioria de protesto, declaratória, de apoio às bandeiras irrealizadas da revolução democrática. A arrancada do novo estrato pequeno-burguês petista chegou ao seu fim, foi impossível realizar sua revolução melhorista por dentro da contrarrevolução iniciada em 64. Urge construir a resistência, a sublevação e liquidação da catástrofe neocolonialista.

É necessário forjarmos uma sintonia fina com a situação neocolonial, forma da revolução burguesa conservadora sob a contrarrevolução implantada em 1964, agora ameaçada pela revolução neoliberal que a quer esmagar e torna-la ainda mais radical. Sintonia fina para se criar uma nossa teoria da emancipação ao mesmo tempo nacional e de nossa humanidade sofredora.

Os grãos de urucum lançados pelo caminho podem, talvez, caso desejarmos, ser capazes de nos fazer sair do labirinto multissecular do engano que nos tolhe, deste capitalismo bonsai que só pode reproduzir-se ao se manter voluntariamente anão e castrado, através do exercício da extrema violência. Eles foram lançados em cada uma das catástrofes da reprodução social que nos avassala e, agora, no caldeirão da violência. O feixe de respostas a serem dadas a elas conformarão a longa marcha da estratégia de poder antineocolonial das maiorias. Em cada uma delas brotará a árvore das soluções possíveis. Elas crescerão no território das esperanças nacionais, darão abrigo aos aflitos e desesperados, força aos indignados, confiança e alento aos lutadores, orgulho aos desencantados.

A guerra, sob patrocínio do Departamento de Justiça dos EUA, entre a revolução neoliberal da ultradireita nativa – o complexo jurídico-policial-midiático - e o núcleo dos liberais poderosos no poder legislativo e executivo – oligarquias regionais, oriundas da contrarrevolução de 1964 que aceitaram o golpe e agora sofrem as consequências de sua adesão, para elas inesperadas, entra em sua fase cruenta. Seguindo os moldes da operação de desmonte e liquidação da URSS, mantém sua marcha errática, embora planejada. Ainda não cumpriu o seu destino mas poderá realiza-lo. Realizando-o ou não, gerará um quadro de instabilidade política de longa duração através do século.

A morte de Marielle e seu motorista é o recado que os porões enviam àqueles que ousam enfrentá-los e liquidá-los. Nas águas do Brasil neocolonial espreitam os monstros pré-históricos. É a hora das sucuris, jacarés e crocodilos.

Contrariamente às teorias milagreiras, não há melhorismo que dê conta – como, de fato, já não deu - deste confronto à morte entre as potencias do capital promovido pela revolução liberal na contrarrevolução de 64, que empurra este capitalismo bonsai, o capitalismo da miséria, ao paroxismo da catástrofe política, socioeconômica e ambiental.

O fino tecido de civilidade que nos cobre desde 1889 está puído para todo o sempre. Sob ele pulsam, mais vivos do que nunca, os abomináveis personagens dos quatro séculos de colônia escravocrata e 129 anos de neocolonialismo, sempre ávidos de sangue. Não há reza e remédio algum na prateleira das soluções incruentas capaz de bani-los da história, a não ser a revolução antiliberal, anti-neocolonial e democrática. O Brasil do povo, da liberdade e da paz, da abundância, da solidariedade e igualdade, da democracia das maiorias, só poderá, enfim, transformar-se em realidade com a morte definitiva do capital e seu neocolonialismo. As mortes de Marielle, Chico Mendes, e tantos e tantos lutadores do povo, neste e em todos os nossos muitos séculos de vida colonial e neocolonial, devem nos abrir os olhos de uma vez para sempre. Contra a guerra das forças da contrarrevolução construamos a unidade das forças da revolução nacional, democrática, anti-capital e anti-neocolonial, o movimento de emancipação das maiorias, a Mesa da Revolução Brasileira.

O volume III do nosso curso se debruça sobre a trajetória da revolução no capitalismo dos séculos XX e XXI., tanto sobre as revoluções burguesas conservadoras europeias e seu específico desfecho comunista na Rússia, quanto sobre a reversão civilizatória, ou melhor, a

descivilização universal promovida pelo capital nesta sua nova fase de catástrofe geral, em especial nas revoluções burguesas conservadoras de matriz colonial na América Latina. De modo especial estão analisadas a Revolução Russa, a Revolução Brasileira e a Revolução Venezuelana em seus múltiplos aspectos: suas formações sociais, políticas e econômicas, a dependência da economia brasileira, a educação, ciência e tecnologia no contexto de golpe, e os movimentos sociais urbanos e as empresas recuperadas na Europa.

Poderíamos dizer que este volume trata dos processos de transformação social sob o capital, contra ou a favor dele, das suas transições socioeconômicas no sentido da emancipação da classe trabalhadora quanto do capital, neste quadrante histórico de reversões conexas e complexas. A captura desses três ricos processos se dá em grande estilo, possibilitando ao leitor e alunos uma rica e apaixonante leitura de tão vitais processos. Os autores foram muito felizes em seus trabalhos, assegurando com eles um mergulho inédito, multifacético e instigante na tão mal compreendida história contemporânea, fora dos clichês dominantes. Ou seja, ousamos dizer que a ciência, ou a teoria, estão aqui muito bem representadas em suas várias vertentes interpretativas sob a batuta da luta comum pela emancipação da humanidade.

Paulo Alves de Lima Filho
São Paulo, abril de 2018

Aluga-se

A solução pro nosso povo eu vou dá
 Negócio bom assim ninguém nunca viu
 'Tá tudo pronto aqui é só vim pegar
 A solução é alugar o Brasil
 Nós não vamo paga nada
 Nós não vamo paga nada
 É tudo free
 Tá na hora agora é free
 Vamo embora
 Dá lugar pros gringo entrar
 Esse imóvel tá pra alugar ah ah ah ah
 Os estrangeiros eu sei que eles vão gostar
 Tem o Atlântico tem vista pro mar
 A Amazônia é o jardim do quintal
 E o dólar dele paga o nosso mingau
 Nós não vamo paga nada
 Nós não vamo paga nada
 É tudo free
 Tá na hora agora é free
 Vamo embora
 Dá lugar pros gringo entrar
 Pois esse imóvel está pra alugar, alugar ei
 Grande soluça, uh ei
 Nós não vamo paga nada
 Nós não vamo paga nada
 Agora é free
 'Tá na hora é tudo free
 Vamo embora
 Dá lugar pros outro entrar
 Pois esse imóvel tá pra alugar ah ah ah ah
 Nós não vamo paga nada
 Nós não vamo paga nada
 Agora é free
 Tá na hora é tudo free
 Vamo embora
 Dá lugar pros gringos entrar
 Pois esse imóvel
 Está pra alugar

Está pra alugar meu Deus
Nós não vamo paga nada
Nós não vamo paga nada
É absolutamente free, tá na hora
É tudo free, vamo embora

Claudio Azeredo e Raul Seixas (1982)

Apresentação do livro

O presente livro foi produzido em condições muito específicas. Dentre elas, há de se destacar a tendência à universalização da miséria do capital, teoricamente apreendida como o complexo de crescentes bloqueios e impossibilidades, autoimpostos pelo modo de produção capitalista e suas relações sociais correspondentes, ao próprio funcionamento do sistema capitalista, impelindo a este um perfil de expansão e acumulação perigosamente instável, destrutivo e potencialmente letal à humanidade em geral. Tal estado de miséria se impôs historicamente como consequência da conduta reativa das burguesias frente às exigências inescapáveis, decorrentes das leis sistêmicas elementares do capital.

Caso houvesse um desvio dessa postura, as burguesias incorreriam em alto risco de perder o controle das condições de expansão ampliada do capital e de imposição de seu poder sobre os trabalhadores. Elas se encontram consequentemente presas em uma espécie de circuito fechado, dentro do qual observam por um lado a piora das condições de perpetuação da sua reprodução enquanto classe dominante e, por outro lado, acabam adotando reativamente medidas que deterioram ainda mais essas condições. Nessa toada, sobrevêm repetidos episódios cíclicos de crises, contra as quais são tomadas medidas geradoras de crises.

Pode-se dizer que a miséria do capital em geral, tal como se apresenta no presente momento histórico, diz respeito, portanto, ao esgotamento crescente da capacidade das burguesias de administrar ao seu favor as contradições sistêmicas estruturantes do capital. Perde-se crescentemente as condições de protelar ao futuro as soluções dramáticas dessas contradições, aportando às crises cíclicas caráter rotineiro, bem como contornos densos e estruturais: a saber, crise da forma de ser da civilização, cuja produção e reprodução é regida pelo capital. Tal desenlace decorre e também aprofunda a contrarrevolução mundial, controlada pelas burguesias cujo poder extrapolou desde muito há tempo as fronteiras nacionais, transbordando sua dinâmica ao globo como um todo. A contrarrevolução, para garantir a expansão sistêmica na atualidade, direciona suas forças destrutivas contra os desdobramentos positivos (mesmo que parcos) das revoluções burguesas em geral (pioneiras, tardias e coloniais) e das socialistas de tipo soviético, em particular. Desde sua derradeira ascensão revolucionária como força dominante de amplitude mundial, o poder burguês garante a manutenção das posições de controle da burguesia, assentadas no

Estado, em face das maiorias trabalhadoras. Sob a determinação da miséria autoimposta, a perpetuação do capital – enquanto uma relação social invariavelmente desigual, hierárquica e constituída de polos antagônicos – exige o fortalecimento das instituições, estruturas e dinâmicas repressoras e destrutivas de controle econômico, político, social e cultural.

A contraposição imprescindível, capaz de implodir de cima a baixo a dominação burguesa e sua sociedade correspondente, está em potência na classe trabalhadora, cujo poder precisa ser dimensionado segundo a métrica dos desafios gigantescos e inéditos da atualidade. Sua imposição é uma necessidade imperiosa, cuja radicalidade é seriamente considerada e medida pelas burguesias dominantes, caso contrário não haveria motivos para o adensamento e ampliação das múltiplas formas de repressão e controle: não haveria justificativa para aprofundar a contrarrevolução capitalista. A classe trabalhadora pode desempenhar espontaneamente o papel de importante fonte de instabilidades, porém o espontaneísmo, como restou historicamente demonstrado, concorre para seu fracasso, fato que atribui relevo indiscutível ao tema da consciência de classe e da teoria da transição.

De fato, para a superação do sistema do capital, as ofensivas da classe trabalhadora precisam se multiplicar, saturando todos os espaços de produção e reprodução social regidos pelo capital. Tais ofensivas precisam ter um programa em comum, ser conscientes, organizadas, coordenadas, cooperadas; devem restaurar o papel central da teoria e dos teóricos revolucionários; precisam estabelecer alvos estratégicos, dos quais o controle permita à classe trabalhadora exercer seu poder sobre os meios de produção significativos. Ou seja, a busca pela revolução comunista é fundamental e por meio dela os trabalhadores inaugurariam outro tempo histórico, superando os fundamentos estruturais da sociedade regida pelo capital, ao mesmo tempo em que liberta a humanidade dos grilhões que a mantém presa em sua pré-história, sob a miséria do capital.

O Brasil não está imune a tais fatores determinantes. Desde 1964, os trabalhadores estão envolvidos pelas trevas da contrarrevolução burguesa, tal como ela se desenrolou em solo nacional até o presente momento histórico. De fato, com o golpe de 2016, desferido contra a república ao destituir do cargo da presidência Dilma Rousseff, a contrarrevolução avançou a passos largos, aprimorando as condições de exploração dos trabalhadores, para afastar a ameaça sempre presente da crise estrutural e suas constantes manifestações. Nessa ação defensiva

(em face da crise) e ofensiva (em relação aos trabalhadores), estão articuladas a essa dimensão interna da máxima exploração dos trabalhadores a submissão e subalternidade às burguesias imperialistas, as quais desde há muito tempo se apropriam vantajosamente da riqueza produzida pelos brasileiros. Dentro desse circuito internacional de apropriação desigual, a burguesia nativa continua exercendo o papel de parceira menor. Nessas condições, acabam se aprisionando em um circuito fechado, repleto de bloqueios e impossibilidades, promovendo assim um processo que particulariza o Brasil como uma nação miserável, no universo geral da miséria do capital.

Os episódios recentes são emblemáticos: a burguesia brasileira demonstra sua submissão e subalternidade devotas, tanto política quanto econômica, ao se desvencilhar de seus recursos estratégicos, dentre eles, como exemplo apenas, o petróleo da camada pré-sal, os recursos hídricos, os biomas fundamentais à vida, os minérios e os recursos genéticos da fauna e flora brasileira. Também é preciso lembrar da constante e escandalosa drenagem dos recursos financeiros nativos por intermédio da dívida pública, elemento fundamental mantenedor da estabilidade política da classe dominante brasileira com as burguesias imperialistas globais. De outra parte, a burguesia brasileira revela seu horror aos trabalhadores, ao mesmo tempo sua inevitável dependência deles, quando promove sistematicamente a precarização das condições de trabalho, a destruição da legislação trabalhista (o “negociado” sobre o legislado), a terceirização irrestrita, o desemprego e subemprego em massa, redundando no retorno do espectro das fomes crônicas coletivas.

Tudo isso associado ao recrudescimento das formas de controle e repressão, exemplarmente postas à luz do dia no processo de invasão das favelas pelas forças policiais na cidade do Rio de Janeiro, ampliada modelarmente na forma de intervenção militar, no Estado como um todo. O efeito demonstrativo proporcionado pelo assassinato da vereadora Marielle Franco e o motorista de seu carro; os tiros a comitiva do ex-presidente Lula, no Estado do Paraná; as ameaças de intervenção proferidas pelo mais alto escalão do exército brasileiro, reforçadas pelos generais da reserva, sempre mais ávidos e mais claros em suas manifestações.

Articuladora de um grande golpe que conta com apoio das burguesias imperialistas, das várias frações da classe média, dedicadas à gestão das principais instituições e estruturas do Estado, da imprensa e dos partidos, a burguesia brasileira se esforça em administrar os efeitos deletérios dos episódios recentes da crise estrutural do capital.

Com essa tacada ela pensa poder reestabelecer as condições de exercício de seu poder autocrático sobre a classe trabalhadora, bem como os meios de reversão da queda de sua taxa de lucro média. Por intermédio de tais métodos e pretensões, ela está a bem da verdade tentando administrar esse episódio da crise estrutural e, ao fazer isso dentro de um horizonte temporal imediato, adensa as contradições futuras, determinantes das próximas crises. Esse circuito fechado aprofunda e bloqueia as possíveis vias de escape, ainda mais quando, na data de ontem, sete de abril de 2018, promoveu o encarceramento de Luiz Inácio Lula da Silva, único personagem histórico, de expressão nacional, capaz de aportar estabilidade relativa aos antagonismos presentes entre as classes. Sem ele, piora o ambiente dos negócios burgueses, sejam nacionais ou articulados internacionalmente.

Como não haveria de ser, a classe dominante concorre para reiterar as determinações da miséria brasileira, reforçando seu papel de parceira menor no cenário global e de algoz de seu próprio povo, no cenário nacional: mesmo que isso lhe custe instabilidades inéditas, destrutivas, que possam mesmo colocar seu poder autocrático em risco.

Desde o epicentro desses fatos rapidamente citados, o presente livro do nosso curso pretende colaborar com a apreensão das dinâmicas econômicas, sociais e políticas do atual tempo histórico em geral e do Brasil, em particular; intenta-se colaborar com o debate tão imprescindível à construção da sociedade para além do capital.

Para tanto, este livro foi dividido em três partes. A “Parte I - Revolução Russa, particularidade brasileira e crises contemporâneas”, foi aberta com o capítulo de Paulo Alves de Lima Filho, chamado “A falência da transição comunista e o retorno do capitalismo à Rússia - a propósito do 100º aniversário da Revolução Russa”. Lima Filho critica a invenção da transição socialista e repõe a transformação social revolucionária nos termos propostos por Marx, ou seja, como sendo a da transição ao comunismo. Esta opção não é de pouca monta. A transição socialista, invenção de Lenin, assombra e estanca, contra a sua vontade, a apreensão do processo e falência da URSS. São levantadas algumas questões teóricas que convidam a posteriores pesquisas mais definitivas.

Em “Fundamentos da Escola do Trabalho Emancipado: a contribuição dos pedagogos soviéticos” Henrique Tahan Novaes aborda – de forma introdutória – a contribuição dos pedagogos e pedagogas soviéticas para a crítica da educação capitalista bem como para a construção teórico-prática da escola do trabalho emancipado.

“Passado colonial e reversão no Brasil contemporâneo” foi escrito por Carlos Alberto Cordovano Vieira. O texto de Vieira procura estabelecer um nexos entre o fardo de nosso passado colonial e escravista e a crise brasileira contemporânea, vista como processo de reversão estrutural que enseja um retorno à perceptiva da *formação nacional* e da *revolução brasileira*.

“Território, dependência e luta de classes no Brasil”, de Evaldo Gomes Junior, Fernando Cêzar de Macedo e Pietro Caldeirini Aruto, observam que com o fim do período colonial, a história da sociedade brasileira e de seu padrão de organização espacial são marcados por uma relação complexa de transformação e manutenção da sua posição dependente frente ao sistema imperialista mundial. Os autores procuram entender essa relação dialética em várias escalas espaciais e sociais. Eles procuram apontar que a posição dependente da economia brasileira tem como fundamento a superexploração da força de trabalho a qual se manifesta por uma específica produção do espaço e luta de classes e nos mostram os sucessivos padrões de reprodução do capital: agromineral (1822-1930), industrializante (1930-1980) e o atual exportador de especialização produtiva (1980- ...).

No capítulo “Neoliberalismo e produção” Sérgio Bacchi discute criticamente o trabalho “Pós-Grande Indústria e Neoliberalismo” de Eleutério Prado. Para Bacchi, autores como Prado e Gerard Dumenil não analisam, na profundidade necessária, o que ocorre na produção, nos laboratórios, nas fábricas, enfim na produção da vida.

A Parte II – “Movimentos Sociais e governos de esquerda no século XXI” começa com o capítulo “Toma de empresas y gestión bajo control obrero en Europa como respuesta a la crisis”, que foi escrito por Dario Azzellini. Ele observa que desde que começou a crise financeira e econômica em 2008, várias empresas falidas na Europa foram ocupadas por seus trabalhadores e trabalhadoras. Muito comuns aqui na América Latina, as recuperações de empresas não ocorreram na Europa nos últimos 40 anos, exceto casos isolados. Azzellini diferencia as recuperadas das cooperativas tradicionais e das empresas adquiridas pelos trabalhadores na crise. Ele descreve e analisa várias empresas recuperadas e estabelece as características comuns e diferenças entre elas.

“O Lulismo, os movimentos sociais e o lugar social da política” foi escrito por Maria Orlanda Pinassi. Esta pesquisadora tece comentários a maioria burguesa da política brasileira, algo reconhecido pelos mais exigentes mentores das políticas neoliberais, não só pela eficiência com

que o lulismo faz a mediação entre os interesses do grande capital e os produtos incontornáveis do padrão de acumulação ora imposto: desemprego estrutural, fome e destruição ambiental. Para ela, sua maior arte é fazer tudo isso sem provocar qualquer mudança substantiva ao país historicamente marcado pela condição de colonialidade crônica, de desigualdade social endêmica, de sua posição pífia no ranking do mercado de bens de produção, da parca geração de tecnologias, da estabilidade débil da sua economia e política internas.

“Movimentos Populares Urbanos: um quadro interpretativo”, de autoria de Jair Pinheiro, realiza uma reflexão teórica sobre as categorias sujeito e estrutura à luz das observações empíricas nas pesquisas que vem realizando sobre movimentos populares na cidade de São Paulo. O objetivo de Pinheiro é criticar a suposição de que este debate está superado. Para isso, formula quatro teses para dar conta da mediação entre ambas as categorias, “já que o pressuposto teórico é que as estruturas não impedem a ação, ao contrário, a tornam possível e, ao mesmo tempo, a ação transforma as estruturas, segundo as temporalidades específicas de cada estrutura (econômica, jurídico-política e sócio-cultural) próprias do modo de produção capitalista”.

Modesto Guerrero em “El chavismo debate su destino” faz uma análise crítica e sintética do chavismo, enfrentando os complexos dilemas contemporâneos, aos quais o autor debate com suma maestria. Modesto Guerrero é o autor de uma biografia fundamental de Chavez (“Chavez. El hombre que desafío la história”) e nos desvenda o panorama da atual crise venezuelana, apreendendo seus momentos singulares e lançando luzes sobre seu provável futuro. Na parte final do texto há uma entrevista com este intelectual.

A Parte III – “Educação, Ciência e Tecnologia na Era da Barbárie” se inicia com o capítulo de Melina Paludeto “A reforma do ensino médio e a destruição da escola pública”. Paludeto busca compreender de que forma a Reforma do Ensino Médio relaciona-se à destruição da escola pública. Para isso, expõe e analisa a Reforma do Ensino Médio, e a contextualizamos dentro de um conjunto de ataques que a classe trabalhadora vem sofrendo nos últimos anos. A crise estrutural do capital exige mudanças econômicas e sociais para sua permanente e contínua valorização. A Reforma do Ensino Médio não aconteceu por acaso, tampouco foi fruto dos interesses em se melhorar a educação. Essa Reforma está diretamente articulada à necessidade histórica do capital de autovalorizar-se.

Tania Brabo, em “Direitos humanos na escola”, observa que na sociedade brasileira, bem como em outras sociedades democráticas contemporâneas, vivemos a contradição de sua organização legal pautada no ideário de democracia e de direitos humanos convivendo com o aviltamento a estes mesmos direitos, problemas estes que põem em risco a vida de crianças, jovens, idosos/as, mulheres, pessoas LGBT e outros grupos sociais. Neste texto retomamos o histórico da ideia de direitos humanos, refletindo sobre o processo de retomada da democracia, quando os direitos humanos foram garantidos na Constituição Federal, de 1988. Refletimos, também, sobre os avanços para a educação em direitos humanos presentes no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

“O que resta do Plano Nacional de Educação?” foi escrito por Claudia Sabia. Detendo-se nos contornos da Lei 13.005 de junho de 2014, observa que o PNE 2014/2024 é composto por diretrizes, metas e estratégias que abrangem todos os níveis, etapas e modalidades da educação nacional. Ela procura identificar os possíveis efeitos da Emenda Constitucional n. 95/2016 (PEC do Teto dos Gastos Públicos) e da Portaria n. 577/2017 do MEC (que dissolve o Fórum Nacional de Educação-FNE) sobre o PNE atual. Sabia aponta a inviabilização da execução do Plano se estas medidas forem mantidas.

O pesquisador Lalo Watanabe Minto escreveu o capítulo “Governo e Educação novamente *golpeados*: consequências para o nível superior e o trabalho docente”. Minto aborda as políticas recentes para a educação superior no Brasil, tomando como marcos as suas determinações mais estruturais. São problematizadas as medidas do ajuste fiscal, intensificadas após o impedimento da presidente da República, Dilma Rousseff, e suas consequências sobre as universidades e o trabalho docente. Nesse contexto, o produtivismo acadêmico é entendido por ele como expressão objetiva e subjetiva das políticas em curso, exercendo papel determinado e determinante. Lalo Minto conclui que as atividades-fim das instituições universitárias são ajustadas às novas condições do modo de produção capitalista em crise, impondo um “ciclo vicioso” que precisa ser rompido através de inúmeras lutas para que a universidade pública venha a ter outra forma de inserção social.

“Política de Ciência, Tecnologia e Inovação na América Latina: uma análise a partir do caso brasileiro” é o nome do capítulo de Renato Dagnino. Este pesquisador problematiza a prioridade ao fortalecimento da relação universidade-empresa, como se tem tentado sem êxito nas últimas seis décadas e defende que o esforço do complexo de ensino e

pesquisa seja direcionado para a produção e disseminação de conhecimento tecnocientífico para atender as demandas cognitivas – originais e complexas - derivadas da satisfação das necessidades da parcela mais pobre de nossa sociedade.

Para encerrar esta apresentação, cabe lembrar que o curso conta com o trabalho militante de inúmeros monitores e coordenadores locais. A 5ª edição do curso, realizada em parceria com o Instituto de Economia da Unicamp, conta com a coordenação local dos professores Fábio Campos e Fernando Macedo, e na monitoria ajudaram Hector Melean, Lais Santos, Lilian Roizman, Maria Pessoa e Rafael Lemos.

A 6ª edição, que começou em São Paulo em fevereiro de 2018, teve mais de 1.700 inscritos e está sendo coordenada por Angelita Alves, Camila Pinheiro, Fabio Castro e Hector Melean. A 7ª edição começou em abril de 2018 e está sendo realizada na cidade de Bauru, em parceria com a APEOESP, e tem como coordenadores locais Marcos Chagas e Tathiane Nunes, a quem agradecemos imensamente.

Com este terceiro volume fechamos a coletânea de capítulos feitos especialmente para os nossos alunos e também para possíveis interessados nas reflexões engajadas de intelectuais revolucionários aqui reunidos.

Boa leitura!

Rogério Fernandes Macedo,
Henrique Tahan Novaes e
Paulo Alves de Lima Filho
organizadores
abril de 2018